



JARDIM OLINDA

Capital da Simpatia

menu +

LOA E LDO - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



JARDIM OLINDA
Capital da Simpatia

LEI Nº 897/2021

Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Jardim Olinda para o Exercício Financeiro de 2022.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Artigo 1º-) O Orçamento Geral do Município de **JARDIM OLINDA**, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2022, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composto pelas Receitas e Despesas dos órgãos da Administração Direta, e Indireta, Estima a Receita em **R\$ 20.580.000,00** (vinte milhões quinhentos e oitenta mil reais), sendo distribuído pelas entidades da seguinte forma:

	RECEITA	INTERFERENCIA ATIVA	DESPESA	INTERFERENCIA PASSIVA
PODER LEGISLATIVO		R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00	
PODER EXECUTIVO	R\$ 18.480.000,00		R\$ 16.980.000,00	R\$ 1.500.000,00
REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	R\$ 1.850.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 2.030.000,00	
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA	R\$ 250.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 370.000,00	
	R\$ 20.580.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 20.580.000,00	R\$ 1.500.000,00

Artigo 2º-) A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação Vigente e das especificações constantes do Anexo I.

Artigo 3º-) A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo I que apresentam a sua composição.

Artigo 4º-) O Executivo Municipal e Entidades da Administração Indireta estão autorizados a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de **10% (dez por cento)**, da despesa fixada nesta lei, servindo como recursos os constantes do artigo 43º da Lei Federal 4320/64, em conformidade com o artigo 26º § 1º da Lei nº 889/2021 – que dispõe das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

§ 1º A lei orçamentária anual LOA concederá, de forma prévia e genérica, autorização para créditos adicionais suplementares amparados nos recursos financeiros: na anulação parcial ou total de dotação, no superávit financeiro e em excesso de arrecadação. Obedecendo ao limite de 10% do valor do total do orçamento de cada entidade e para cada tipo de recurso financeiro.

Avenida Siqueira Campos, 83 - Fone/Fax (44) 3311-1214 / 3311-1212 - CEP 87690-000 - Estado do Paraná
E-mail: administracao@jardimolinda.pr.gov.br
www.jardimolinda.pr.gov.br



§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2022, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Artigo 5º-) A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001, em conformidade com o artigo 36º da Lei nº 889/2021 – que dispõe das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

§ 1º - Ficam autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado, os casos de abertura de Créditos Adicionais Suplementares de:

I - ajustamento de dotações em um mesmo órgão, desde que não se altere o montante das categorias econômicas, dos grupos de natureza de despesa, das modalidades de aplicação, dos elementos de despesa e das fontes de recursos;

II - insuficiência nas dotações referentes ao serviço da dívida pública e despesas com pessoal;

III - ajustamento de dotações que tenham como recurso o superávit financeiro – diferença entre a receita arrecadada, acrescida dos rendimentos no mercado financeiro, subtraídos os empenhos efetuados, por Fontes de Recursos - apurado em balanço patrimonial;

IV - ajustamento de dotações que tenham como recurso o excesso de arrecadação – recursos de convênios firmados durante o exercício de 2022 e a diferença a maior entre a receita prevista e a receita realizada, por Fontes de Recursos.

§ 2º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso poderão ser utilizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais.

I - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de Decreto, para atender às necessidades de execução, criando ainda, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 4º - Fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado mediante ato da mesa Diretora, a abrir Créditos Adicionais Suplementares utilizando como recursos as dotações de seu Orçamento, respeitando o limite constante do artigo 4º § 1º, desta Lei.

Artigo 6º-) Durante a execução orçamentária de 2022, fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a



JARDIM OLINDA

Capital da Simpatia

incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2022 (art. 167, I da Constituição Federal), em conformidade com o artigo 37º da Lei nº 889/2021 – que dispõe das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

Artigo 7º-) Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Jardim Olinda, 26 de novembro de 2021.

Lucimar de Souza Morais
Prefeita Municipal

Luís Renato Vaz
Contador CRC 049921/O-0



JARDIM OLINDA

Capital da Simpatia

ART. 2º. PARÁGRAFO 1º

SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

RECEITAS		DESPESAS	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.103.100,00	Legislativa	1.200.000,00
Contribuições	1.335.200,00	Judiciária	220.000,00
Receita Patrimonial	294.500,00	Administração	2.924.000,00
Receita de Serviços	315.200,00	Assistência Social	839.838,70
Transferências Correntes	16.630.000,00	Previdência Social	1.830.000,00
Outras Receitas Correntes	502.000,00	Saúde	4.726.670,90
Receitas de Capital	400.000,00	Educação	3.348.161,20
		Cultura	174.000,00
		Urbanismo	3.092.829,20
		Saneamento	370.000,00
		Gestão Ambiental	60.000,00
		Agricultura	274.000,00
		Comércio e Serviços	54.000,00
		Desporto e Lazer	50.000,00
		Encargos Especiais	1.166.500,00
		Reserva de Contingência	250.000,00
TOTAL	20.580.000,00	TOTAL	20.580.000,00

Avenida Siqueira Campos, 83 - Fone/Fax (44) 3311-1214 / 3311-1212 - CEP 87690-000 - Estado do Paraná

E-mail: administracao@jardimolinda.pr.gov.br

www.jardimolinda.pr.gov.br

**JARDIM OLINDA***Capital da Simpatia*

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
ADENDO II A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04/02/1985
ANEXO I, DA LEI Nº 4.320/64

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	R\$ 20.180.000,00	DESPESAS CORRENTES	R\$ 18.618.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTR DE MELHORIA	R\$ 1.103.100,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 9.631.919,20
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 1.335.200,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 50.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 294.500,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.936.080,80
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 315.200,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 16.630.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 502.000,00		
DEFICIT	R\$ -	SUPERAVIT	R\$ 1.562.000,00
TOTAL	R\$ 20.180.000,00	TOTAL	R\$ 20.180.000,00

SUPERAVIT	R\$ 1.562.000,00	DEFICIT	R\$ -
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 400.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.712.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 260.000,00	INVESTIMENTOS	R\$ 1.362.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 140.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 350.000,00
DEFICIT	R\$ -	SUPERAVIT	R\$ 250.000,00
TOTAL	R\$ 1.962.000,00	TOTAL	R\$ 1.962.000,00

RESUMO

RECEITAS CORRENTES	R\$ 20.180.000,00	DESPESAS CORRENTES	R\$ 18.618.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 400.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.712.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 250.000,00
		RESERVA LEGAL	R\$ -
TOTAL	R\$ 20.580.000,00	TOTAL	R\$ 20.580.000,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2023
Consolidado

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2020 b	2021 c	2022 d	2023 e	2024 f	2025 g
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.643.640,45	3.245.538,38	3.084.140,47	2.960.774,85	2.842.343,86	2.728.650,10
DEDUÇÕES (II)	2.205.134,53	3.986.631,51	3.041.749,54	3.163.419,52	3.289.956,30	3.421.554,55
Ativo Disponível	1.871.982,88	3.986.631,51	3.041.749,54	3.163.419,52	3.289.956,30	3.421.554,55
Haveres Financeiros	372.762,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	39.610,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	1.438.505,92	-741.093,13	42.390,93	-202.644,67	-447.612,44	-692.904,45
RESULTADO NOMINAL	(b - a*) -683.533,98	(c - b) -2.179.599,05	(d - c) 783.484,06	(d - e) -245.035,60	(f - e) -244.967,77	(g - f) -245.292,01

Notas

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2019 (R\$ 2.122.039,90)

JARDIM OLINDA - 20 de novembro de 2023

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art 4º, § 2º, inciso II da LRF

2023

Consolidado

R\$

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas Correntes	15.581.408,19	18.318.315,70	20.180.000,00	23.989.180,00	27.637.464,18	30.954.043,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	844.611,08	1.089.769,41	1.103.100,00	1.322.635,00	1.528.321,00	1.711.750,00
Contribuições	543.697,48	636.356,70	1.335.200,00	1.489.909,80	1.677.518,02	1.878.822,50
Receita Patrimonial	348.578,50	385.167,97	294.500,00	331.439,00	374.435,84	419.391,38
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	232.532,07	294.229,74	315.200,00	353.325,00	398.501,98	446.327,14
Transferências Correntes	13.600.528,18	15.902.651,10	16.630.000,00	19.939.370,00	23.039.886,00	25.804.695,00
Demais Receitas Correntes	11.460,88	10.140,78	502.000,00	552.501,20	618.801,34	693.057,50
Receitas de Capital	837.682,47	3.224.259,78	400.000,00	479.600,00	554.178,00	620.684,00
Operações de Crédito	295.523,09	274.595,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	260.000,00	311.740,00	360.216,00	403.444,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	542.159,38	2.949.664,20	140.000,00	167.860,00	193.962,00	217.240,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes - IntraOrçamentária	1.573.241,52	1.638.929,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	821.235,00	840.997,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	752.006,52	797.931,21	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital - IntraOrçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.992.332,18	23.181.504,59	20.580.000,00	24.468.780,00	28.191.642,18	31.574.727,52

Comentários



MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS METAS ANUAIS
III - RESULTADO PRIMÁRIO
Art 4º, § 2º, inciso II da LRF
2023
Consolidado

RS

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	15.581.408,19	18.318.315,70	20.180.000,00	23.989.180,00	27.637.464,18	30.954.043,52
Receita Tributária	844.611,08	1.089.769,41	1.103.100,00	1.322.635,00	1.528.321,00	1.711.750,00
Receita de Contribuições	543.697,48	636.356,70	1.335.200,00	1.489.909,80	1.677.518,02	1.878.822,50
Receita Patrimonial	348.578,50	385.167,97	294.500,00	331.439,00	374.435,84	419.391,38
Aplicações Financeiras (II)	348.578,50	385.167,97	62.500,00	74.919,00	86.622,00	97.039,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	232.000,00	256.520,00	287.813,84	322.352,38
Receita de Serviços	232.532,07	294.229,74	315.200,00	353.325,00	398.501,98	446.327,14
Transferências Correntes	13.600.528,18	15.902.651,10	16.630.000,00	19.939.370,00	23.039.886,00	25.804.695,00
Demais Receitas Correntes	11.460,88	10.140,78	502.000,00	552.501,20	618.801,34	693.057,50
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	11.460,88	10.140,78	502.000,00	552.501,20	618.801,34	693.057,50
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	15.232.829,69	17.933.147,73	20.117.500,00	23.914.261,00	27.550.842,18	30.857.004,52
RECEITAS DE CAPITAL (V)	837.682,47	3.224.259,78	400.000,00	479.600,00	554.178,00	620.684,00
Operações de Crédito (VI)	295.523,09	274.595,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VIII)	0,00	0,00	260.000,00	311.740,00	360.216,00	403.444,00
Transferências de Capital	542.159,38	2.949.664,20	140.000,00	167.860,00	193.962,00	217.240,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Fiscais de Capital (IX) = (V-VI-VII-VIII)	542.159,38	2.949.664,20	140.000,00	167.860,00	193.962,00	217.240,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para a formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XI) = (IV + IX - X)	15.774.989,07	20.882.811,93	20.257.500,00	24.082.121,00	27.744.804,18	31.074.244,52
DESPESAS CORRENTES (XII)	15.095.009,08	16.607.250,08	18.618.000,00	22.737.803,20	25.466.352,03	28.522.331,31
Pessoal e Encargos Sociais	8.443.007,36	8.447.654,07	9.631.919,20	11.617.952,63	13.012.108,87	14.573.566,33
Juros e Encargos da Dívida (XIII)	3.003,65	40.349,58	50.000,00	62.260,00	69.731,20	78.098,94
Outras Despesas Correntes	6.648.998,07	8.119.246,43	8.936.080,80	11.057.590,57	12.384.511,96	13.870.666,03
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIV) = (XII - XIII)	15.092.005,43	16.566.900,50	18.568.000,00	22.675.543,20	25.396.620,83	28.444.232,37
DESPESAS DE CAPITAL (XV)	1.001.296,20	3.689.559,70	1.712.000,00	2.120.839,80	2.375.342,58	2.660.385,21
Investimentos	735.354,29	3.367.816,34	1.362.000,00	1.683.479,80	1.885.499,38	2.111.760,82
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XVI)	265.941,91	321.743,36	350.000,00	437.360,00	489.843,20	548.624,38
DESPESAS FISCAIS CAPITAL (XVII) = (XV - XVI)	735.354,29	3.367.816,34	1.362.000,00	1.683.479,80	1.885.499,38	2.111.760,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	0,00	0,00	250.000,00	312.400,00	349.888,00	391.874,56
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XIX) = (XIV + XVII + XVIII)	15.827.359,72	19.934.716,84	20.180.000,00	24.671.423,00	27.632.008,20	30.947.867,75
DESPESA TOTAL	16.096.305,28	20.296.809,78	20.580.000,00	25.171.043,00	28.191.582,60	31.574.591,07
RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (XI - XIX)	-52.370,65	948.095,09	77.500,00	-589.302,00	112.795,98	126.376,77
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XX + II - XIII)	293.204,20	1.292.913,48	90.000,00	-576.643,00	129.686,78	145.316,83

FON TE: Sistema Eletech Gestão Pública, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA, emitido em 20/11/2023 às 13h e 40m.



LEI Nº 902/2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lucimar de Souza Morais, Prefeita Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º - O Orçamento do Município de Jardim Olinda, Estado do Paraná, para o exercício de 2023, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I- as Metas Fiscais;
- II- as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2023, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2006-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;



LEI Nº 902/2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lucimar de Souza Morais, Prefeita Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º - O Orçamento do Município de Jardim Olinda, Estado do Paraná, para o exercício de 2023, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I- as Metas Fiscais;
- II- as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2023, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 633, de 30 de agosto de 2006-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;



Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Projeção Atarial do RPPS;

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2023 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2023, 2024 e 2025 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 633/2006 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2022.



METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2022.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AValiação DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS



Art. 10º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 633/2006-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

§ Único - A Portaria nº 633/06 alterou o Anexo de Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS e a Projeção do Fundo de Previdência, incluindo campos demonstrativos dos repasses da contribuição patronal, que passou a ser empenhada na Prefeitura e receita orçamentária no Fundo, em cumprimentos às Portarias nº 688, 689/05 e 338/06 - STN, que criou as Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias e a modalidade de aplicação Aplicação Direta de Órgãos, Fundos e Entidades.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.



MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 633/2006-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2023, 2024 e 2025.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.



Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2019, 2020 e 2021.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 17 - As metas e as prioridades para o exercício de 2023 especificadas no Anexo I – Programas e Metas, estabelecidas por programas, objetivos, funções, subfunções, ações e metas, serão encaminhadas como anexo extraordinário no projeto de lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2023 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2023 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19 - A Lei Orçamentária para 2023 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 20 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.



IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21 - O Orçamento para exercício de 2023 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2023 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2022 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.



Art. 25 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2022.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26 - O Orçamento para o exercício de 2023 destinará recursos para a Reserva de Contingência e abertura de créditos suplementares, que são destinados ao reforço de dotações orçamentárias existentes e abertos por decreto do Poder Executivo. A vigência do crédito suplementar é restrita ao exercício financeiro referente ao orçamento em execução.

§ 1º A lei orçamentária anual LOA concederá, de forma prévia e genérica, autorização para créditos adicionais suplementares amparados nos recursos financeiros: na anulação parcial ou total de dotação, no superávit financeiro e em excesso de arrecadação. **Obedecendo ao limite de 10% do valor do total do orçamento de cada entidade e para cada tipo de recurso financeiro.**

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2023, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 27 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 28 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).



Art. 29 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2023 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 30 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2023, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "m" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 32 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2023, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 33 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 34 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2023 a preços correntes.



Art. 36 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§ 1º - Ficam autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado no artigo 26º § 1º, desta Lei, os casos de abertura de Créditos Adicionais Suplementares de:

I - ajustamento de dotações em um mesmo órgão, desde que não se altere o montante das categorias econômicas, dos grupos de natureza de despesa, das modalidades de aplicação, dos elementos de despesa e das fontes de recursos;

II - insuficiência nas dotações referentes ao serviço da dívida pública e despesas com pessoal;

III - ajustamento de dotações que tenham como recurso o superávit financeiro – diferença entre a receita arrecadada, acrescida dos rendimentos no mercado financeiro, subtraídos os empenhos efetuados, por Fontes de Recursos - apurado em balanço patrimonial;

IV - ajustamento de dotações que tenham como recurso o excesso de arrecadação – recursos de convênios firmados durante o exercício de 2022 e a diferença a maior entre a receita prevista e a receita realizada, por Fontes de Recursos.

§ 2º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso poderão ser utilizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais.

I - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de Decreto, para atender às necessidades de execução, criando ainda, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 4º - Fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado mediante ato da mesa Diretora, a abrir Créditos Adicionais Suplementares utilizando como recursos as dotações de seu Orçamento, respeitando o limite constante do artigo 26º § 1º, desta Lei.

Art. 37 - Durante a execução orçamentária de 2023, fica o Poder Executivo Municipal autorizado por lei orçamentária, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023 (art. 167, I da Constituição Federal).



Art. 38 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 39 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2023 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40 - A Lei Orçamentária de 2023 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 41 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2023, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2023.

Art. 44 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2023, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificado no exercício de 2022,



acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 46 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 47 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34- Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 48 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 49 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).



Art. 50 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 52 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 53 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 55 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, 07 de julho de 2022.

Lucimar de Souza Morais
Prefeita Municipal

Luis Renato Vaz
Contador CRC 049921/O-0

Art. 2º, Parágrafo 1ºSumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Função de Governo

RECEITAS		DESPESAS	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.322.635,00	Legislativa	1.438.800,00
CONTRIBUIÇÕES	1.600.905,00	Judiciária	176.726,00
RECEITA PATRIMONIAL	353.087,00	Administração	3.949.116,00
RECEITA DE SERVIÇOS	377.925,00	Assistência Social	1.189.618,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.598.718,00	Previdência Social	2.194.170,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Deduções	-3.659.348,00	Saúde	4.957.393,00
FUNDEB		Educação	3.894.280,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	601.898,00	Cultura	409.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	311.740,00	Urbanismo	3.262.595,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	167.860,00	Saneamento	443.630,00
		Gestão Ambiental	282.000,00
		Agricultura	302.296,00
		Comércio e Serviços	52.796,00
		Desporto e Lazer	160.000,00
		Encargos Especiais	1.813.000,00
		Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL	24.675.420,00	TOTAL	24.675.420,00

**MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA**

Estado do Paraná

Exercício: 2023

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas**Adendo II a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985****Anexo I, da Lei nº 4.320/64**

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	27.855.168,00	DESPESAS CORRENTES	22.389.133,00
RECEITAS CORRENTES - Deduções FUNDEB	-3.659.348,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.233.701,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.322.635,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	65.000,00
CONTRIBUIÇÕES	1.600.905,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.090.432,00
RECEITA PATRIMONIAL	353.087,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	377.925,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.598.718,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Deduções FUNDEB	-3.659.348,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	601.898,00		
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	1.806.687,00
TOTAL	24.195.820,00	TOTAL	24.195.820,00
SUPERAVIT	1.806.687,00	DEFICIT	0,00
RECEITAS DE CAPITAL - Receita	479.600,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.136.287,00
ALIENAÇÃO DE BENS - Receita	311.740,00	INVESTIMENTOS	1.666.287,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - Receita	167.860,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	470.000,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	150.000,00
TOTAL	2.286.287,00	TOTAL	2.286.287,00
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	24.195.820,00	DESPESAS CORRENTES	22.389.133,00
RECEITAS DE CAPITAL	479.600,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.136.287,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00
		RESERVA LEGAL	0,00
TOTAL	24.675.420,00	TOTAL	24.675.420,00



JARDIM OLINDA

Capital da Simpatia

LEI 916/2022

Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Jardim Olinda para o Exercício Financeiro de 2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, Estado do Paraná aprovou, e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º- O Orçamento Geral do Município de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2023, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composto pelas Receitas e Despesas dos órgãos da Administração Direta, e Indireta, Estima a Receita em **R\$ 24.675.420,00 (vinte e quatro milhões seiscentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte reais)**, sendo distribuído pelas entidades da seguinte forma:

	RECEITA	INTERFERENCIA ATIVA	DESPESA	INTERFERENCIA PASSIVA
PODER LEGISLATIVO		R\$ 1.438.800,00	R\$ 1.438.800,00	
PODER EXECUTIVO	R\$ 22.157.520,00		R\$ 20.359.020,00	R\$ 1.798.500,00
RPPS	R\$ 2.218.150,00	R\$ 215.820,00	R\$ 2.433.970,00	
SAMAE	R\$ 299.750,00	R\$ 143.880,00	R\$ 443.630,00	
	R\$ 24.675.420,00	R\$ 1.798.500,00	R\$ 24.675.420,00	R\$ 1.798.500,00

Artigo 2º- A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação Vigente e das especificações constantes do Anexo I.

Artigo 3º- A Despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo I que apresentam a sua composição.

Artigo 4º- O Executivo Municipal e Entidades da Administração Indireta estão autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares até o limite de **10% (dez por cento)**, da despesa fixada nesta lei, servindo como recursos os constantes do artigo 43º da Lei Federal 4320/64, em conformidade com o artigo 26º § 1º da Lei nº 902/2022 – que dispõe das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.

§ 1º A lei orçamentária anual LOA concederá, de forma prévia e genérica, autorização para créditos adicionais suplementares amparados nos recursos financeiros: na anulação parcial ou total de dotação, no superávit financeiro e em excesso de arrecadação. Obedecendo ao limite de 10% do valor do total do orçamento de cada entidade e para cada tipo de recurso financeiro.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme

Avenida Siqueira Campos, 83 - Fone/Fax (44) 3311-1214 / 3311-1212 - CEP 87690-000 - Estado do Paraná

E-mail: administracao@jardimolinda.pr.gov.br

www.jardimolinda.pr.gov.br



disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2023, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Artigo 5º-) A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001, em conformidade com o artigo 36º da Lei nº 902/2022 – que dispõe das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.

§ 1º - Ficam autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado, os casos de abertura de Créditos Adicionais Suplementares de:

I - ajustamento de dotações em um mesmo órgão, desde que não se altere o montante das categorias econômicas, dos grupos de natureza de despesa, das modalidades de aplicação, dos elementos de despesa e das fontes de recursos;

II - insuficiência nas dotações referentes ao serviço da dívida pública e despesas com pessoal;

III - ajustamento de dotações que tenham como recurso o superávit financeiro – diferença entre a receita arrecadada, acrescida dos rendimentos no mercado financeiro, subtraídos os empenhos efetuados, por Fontes de Recursos - apurado em balanço patrimonial;

IV - ajustamento de dotações que tenham como recurso o excesso de arrecadação – recursos de convênios firmados durante o exercício de 2023 e a diferença a maior entre a receita prevista e a receita realizada, por Fontes de Recursos.

§ 2º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso poderão ser utilizados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais.

I - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de Decreto, para atender às necessidades de execução, criando ainda, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 4º - Fica o Presidente da Câmara Municipal, autorizado mediante ato da mesa Diretora, a abrir Créditos Adicionais Suplementares utilizando como recursos as dotações de seu Orçamento, respeitando o limite constante do artigo 4º § 1º, desta Lei.

Artigo 6º-) Durante a execução orçamentária de 2023, fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023 (art. 167, I da Constituição Federal), em conformidade com o artigo 37º da Lei nº 902/2022 – que dispõe das



JARDIM OLINDA

Capital da Simpatia

Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023.

Artigo 7º-) Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Jardim Olinda, 06 de dezembro de 2022.

LUCIMAR DE SOUZA
MORAIS:89713290925

Lucimar de Souza Morais
Prefeita Municipal

LUIS RENATO
VAZ:66498538953

Luís Renato Vaz
Contador CRC 049921/O-0



JARDIM OLINDA

Capital da Simpatia

ART. 2º, PARÁGRAFO 1º

SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

RECEITAS		DESPESAS	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.322.635,00	Legislativa	1.438.800,00
Contribuições	1.600.905,00	Judiciária	176.726,00
Receita Patrimonial	353.087,00	Administração	3.949.116,00
Receita de Serviços	377.925,00	Assistência Social	1.189.618,00
Transferências Correntes	19.939.370,00	Previdência Social	2.194.170,00
Outras Receitas Correntes	601.898,00	Saúde	4.957.393,00
Receitas de Capital	479.600,00	Educação	3.894.280,00
		Cultura	409.000,00
		Urbanismo	3.262.595,00
		Saneamento	443.630,00
		Gestão Ambiental	282.000,00
		Agricultura	302.296,00
		Comércio e Serviços	52.796,00
		Desporto e Lazer	160.000,00
		Encargos Especiais	1.813.000,00
		Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL	24.675.420,00	TOTAL	24.675.420,00

Avenida Siqueira Campos, 83 - Fone/Fax (44) 3311-1214 / 3311-1212 - CEP 87690-000 - Estado do Paraná

E-mail: administracao@jardimolinda.pr.gov.br

www.jardimolinda.pr.gov.br



JARDIM OLINDA

Capital da Simpatia

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
ADENDO II A PORTARIA SOF Nº 08, DE 04/02/1985
ANEXO I, DA LEI Nº 4.320/64

RECEITAS		DESPESAS	
RECEITAS CORRENTES	R\$ 24.195.820,00	DESPESAS CORRENTES	R\$ 22.389.133,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTR DE MELHORIA	R\$ 1.322.635,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 11.233.701,00
CONTRIBUIÇÕES	R\$ 1.600.905,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 65.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 353.087,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 11.090.432,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 377.925,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ 19.939.370,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 601.898,00		
DEFICIT	R\$ -	SUPERAVIT	R\$ 1.806.687,00
TOTAL	R\$ 24.195.820,00	TOTAL	R\$ 24.195.820,00
SUPERAVIT	R\$ 1.806.687,00	DEFICIT	R\$ -
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 479.600,00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.136.287,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$ 311.740,00	INVESTIMENTOS	R\$ 1.666.287,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ 167.860,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 470.000,00
DEFICIT	R\$ -	SUPERAVIT	R\$ 150.000,00
TOTAL	R\$ 2.286.287,00	TOTAL	R\$ 2.286.287,00
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	R\$ 24.195.820,00	DESPESAS CORRENTES	R\$ 22.389.133,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 479.600,00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.136.287,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 150.000,00
		RESERVA LEGAL	R\$ -
TOTAL	R\$ 24.675.420,00	TOTAL	R\$ 24.675.420,00

Avenida Siqueira Campos, 83 - Fone/Fax (44) 3311-1214 / 3311-1212 - CEP 87690-000 - Estado do Paraná
E-mail: administracao@jardimolinda.pr.gov.br
www.jardimolinda.pr.gov.br